

ILUSÕES DO IMPÉRIO

DOUGLAS CASSEL

Diretor do Centro Internacional dos Direitos Humanos
da Faculdade de Direito da Universidade Northwestern, Chicago.

O direito internacional e as instituições para manter a paz e promover os direitos humanos cresceram, em pouco mais de meio século, a partir de sonhos embrionários até tornarem-se realidades incompletas, mas promissoras. Agora, no entanto, sofrem as consequências de um duro golpe a partir do rio Potomac. O poder, o medo e a ignorância, todos manipulados pelo extremismo militarista que vige em Washington, ameaçam o futuro das conquistas do século XX.

Nas cinzas da Segunda Guerra Mundial, os EUA – vitoriosos – tiveram que decidir. Estavam muito acima tanto dos inimigos vencidos, como dos aliados debilitados. Podiam optar pela via unilateral de uma *pax americana*. Mas conheciam de primeira mão os custos da guerra, e tomaram três decisões sábias.

Primeiro, criar uma organização multilateral, a Organização das Nações Unidas, em vez de confiar em seu próprio poder militar para manter a paz.

Segundo, em parte para assegurar-se de sócios fortes na empreitada da paz, ajudou à reconstrução da Europa e do Japão.

E terceiro, dotou a ONU de um comitê executivo, o Conselho de Segurança, encarregado da paz e segurança mundial.

Dotou-se o Conselho com a autoridade única de legitimar o uso internacional da força militar. Sem sua aprovação, nenhum Estado teria direito de atacar outro país, exceto em casos de autodefesa, frente a um ataque real ou iminente.

O Conselho não gozava sem limites de tais faculdades. Cada um dos cinco membros permanentes (China, EUA, França, Grã Bretanha e a União Soviética – agora Rússia) tinha poder de vetar suas decisões.

Durante a Guerra Fria, deu-se um empate. Com poucas exceções, a ONU foi incapaz de intervenção

militar, devido ao veto de um lado ou de outro da disputa ideológica mundial. Pior ainda, a ameaça de Moscou foi utilizada por Washington para justificar intervenções unilaterais em países tais como Chile, El Salvador, Granada, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana, entre outros.

Terminada a Guerra Fria, a ONU quase nasceu de novo. Os vetos quase desapareceram. Autorizou-se intervenção militar contra a invasão do Kuwait pelo Iraque (em 1990), para restaurar a possibilidade de democracia no Haiti e para frear a limpeza étnica na Bósnia. Criaram-se tribunais penais internacionais para os crimes internacionais na Iugoslávia e Ruanda.

Apesar de tudo, ainda havia uma tendência à inércia. Por exemplo, os EUA impediram a intervenção oportuna contra o genocídio em Ruanda e a China não aceitou um tribunal internacional para o Camboja. Não obstante, a ONU finalmente começou a mostrar avanços e provocar esperanças.

Em algumas regiões o internacionalismo avançou muito mais. Sobre tudo na Europa, onde os 45 países entre Islândia no Atlântico e Rússia às margens do Pacífico, aceitaram a competência vinculante da Corte Européia de Direitos Humanos em Estrasburgo. E com passos iniciais, na América Latina, todos os países de língua espanhola e portuguesa (com exceção de Cuba) aceitam hoje uma competência similar para a Corte Americana de Direitos Humanos em Costa Rica.

A grande maioria dos países entende que o desenvolvimento das leis e instituições internacionais coincide com seus interesses nacionais. Para a paz, necessita-se de segurança multilateral. Para os direitos humanos é essencial a ação coletiva.

Alguns governos resistem. Mas nadar contra a corrente da globalização é cada vez mais difícil. Embora seja certo que os governos de fato reser-

vem a soberania de seguir seus próprios caminhos quando estão em jogo seus interesses fundamentais – sejam nacionais ou políticos –, na maioria dos casos aceitam o multilateralismo. Senão, como poderíamos explicar a realidade atual, em que a metade dos países do mundo aceita a competência da Corte Penal Internacional, submetendo-se assim voluntariamente ao risco de processos na Corte de Haia contra seus próprios soldados e líderes? Há aqueles que são capazes de resistir. Não se pode obrigar o México ou ao Brasil a que aceitem um pacto que não querem. Em outras latitudes, China, Índia, Nigéria e Rússia são capazes de cantar sua própria canção.

Mas há, no entanto, um país cujo poderio não tem paralelo nem – por enquanto – competição. Os gastos militares dos EUA já excedem o total de todos os demais países do mundo. Sua economia é o dobro da economia de seu rival mais próximo. Sua capacidade diplomática, ainda quando não invencível, é a mais poderosa do mundo.

Depois da Guerra Fria, os EUA novamente se viram frente ao dilema de 1945: abraçar o multilateralismo para a paz, ou impor seu próprio império militar. Por várias razões, optaram de novo pelo caminho multilateral. Não haviam se recuperado de sua humilhação no Vietnã. Também não estavam acostumados a encontrarem-se sozinhos por cima do mundo.

Em 1990, o presidente dos EUA foi um republicano internacionalista (Bush pai), seguido por um democrata de 1993 a 2001. Foi só naquele tempo em que os EUA caíram na tentação do unilateralismo militar. Bush pai invadiu o Panamá. Clinton levou à OTAN a bombardear a Iugoslávia durante a crise de Kosovo. Nem um nem outro foi autorizado pelo Conselho de Segurança. Nenhum dos dois cumpriu com o direito internacional.

No entanto, aqueles casos foram caracterizados como exceções. Insistiu-se em que o do Panamá foi um caso de autodefesa... e que Kosovo foi supostamente uma exceção (que não figura na Carta da ONU) para uma intervenção por motivos humanitários. Explicações pouco convincentes, mas que buscavam pôr a salvo a regra geral: só é permitida

a guerra por autorização do Conselho de Segurança, ou em caso de autodefesa. A política oficial dos EUA ficava assim comprometida com a ONU e com o direito internacional.

O atentado de 11 de setembro de 2001 muda tudo. O poderio estadunidense agora se combina com o medo. E está nas mãos de um novo presidente, que não respeita a ONU. A maioria de seus assessores manifesta desprezo não só à ONU, mas a qualquer outro país de menor poder – isto é, todos os países do mundo.

Em princípio de 2001, eles entram no Pentágono já com seu programa de unilateralismo e militarismo. Mas não conseguem vendê-lo imediatamente ao chefe, por ser politicamente inaceitável entre o público do país. Até que o 11 de setembro dá ao presidente um cheque em branco para defender o país frente ao terrorismo internacional.

Para a intervenção no Afeganistão, no entanto, houve argumentos – discutíveis – de autodefesa.

O caso que revela uma ruptura aberta é o do Iraque. Em setembro de 2002, Bush diz à ONU: ou fazem o que eu quero, ou serão irrelevantes. Em março de 2003, quando não há maioria no Conselho de Segurança para invadir o Iraque – felicitações ao México e ao Chile por resistir a fortes pressões da superpotência e não entregar seus votos – Bush invade.

Quando os advogados de Bush propõem justificativas jurídicas, ninguém acredita neles. Mais importante é a realidade, reforçada por declarações públicas dos assessores do Pentágono: em temas de segurança os EUA farão o que quiserem. Não importa nem a ONU nem o direito internacional. Permitirão à ONU sobreviver, mas com a missão de marinha, não de capitão. Ficam em perigo, pois, as conquistas e os sonhos do século XX. E é preciso resgatá-los.

Dado o hiperpoder de um só país é necessário um esforço amplo e forte, dentro e fora do país que ameaça a ordem pública mundial. A solidariedade e a luta estão aí para isso. Não há tempo para descansar. Nem muito menos para perder a esperança.

A história nos ensina que não há impérios permanentes, só suas ilusões o são.